Edital de Licitação

Pregão Presencial nº 15/2023 Processo Licitatório nº 46/2023

Aquisição de gêneros de alimentação para a merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino do município para o ano letivo de 2024.

O Município de Santa Cecilia do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida na Rua Porto Alegre, 591, na cidade de Santa Cecília do Sul - RS, nos termos da lei 10.520 de 17 de julho de 2002, e do Decreto nº 1.617/2021, de 28 de julho de 2021, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada pelas Leis Federais nº 8.883, de 08 de junho de 1994 e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, torna público que se encontra aberta a Licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, conforme descrição abaixo, recebendo as propostas e a documentação no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, até as 13h30min do dia 05 de janeiro de 2024, com início da sessão de disputa de preço no dia 05 de janeiro de 2024, às 13h45min, nos seguintes termos:

1. Do Objeto

- O presente edital tem por objetivo a aquisição de gêneros de alimentação para a merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino do município de Santa Cecília do Sul para o ano letivo de 2024, conforme especificações contidas no **Anexo I** do edital.
- 1.1. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.
- 1.2. O objeto deverá ser entregue na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Duque de Caxias, correndo todas as despesas para tanto, por conta da licitante vencedora.
- 1.3. Os produtos deverão ser entregues de acordo com o cronograma de entrega, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e conforme solicitações.
- 1.4. Os gêneros alimentícios serão solicitados conforme a necessidade do Município, não havendo obrigação de aquisição total da quantidade licitada.

2 - Da Apresentação Dos Envelopes

2.1. No dia, hora e local designados no preâmbulo deste edital, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, inicialmente receberão os envelopes contendo as "Propostas" e os "Documentos exigidos para Habilitação", em envelopes distintos e fechados, contendo na parte externa, além do nome da empresa, a seguinte identificação:

Ao Município de Santa Cecília do Sul Pregão Presencial nº 15/2023.

Envelope N° 01 - Proposta Financeira
Proponente: (Nome Completo da Empresa)

Ao Município de Santa Cecília do Sul Pregão Presencial nº 15/2023.

Envelope N° 02 - Documentação

Proponente: (Nome Completo da Empresa)

3 - Das Condições de Participação

- **3.1** Poderá participar do certame a pessoa jurídica que atenda às exigências deste edital e cuja atividade empresarial abranja o objeto desta licitação.
- 3.2 Não será permitida a participação de empresas:
- 3.2.1 Estrangeiras que não funcionem no País;
- 3.2.2 Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 3.2.3 Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- **3.2.4** Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7° da Lei 10.520/02;
- 3.2.5 Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 10 da Lei 9.605/98;
- **3.2.6** Declaradas inidôneas ou suspensas de participação em licitações, por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo.

4 - Da Representação e do Credenciamento

- **4.1.** A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes.
- **4.2.** O credenciamento será feito, até **13h30min do dia 05 de janeiro de 2024**, devendo ser observadas pelo licitante, as seguintes condições e exigências:

4.2.1. Se representante legal, deverá apresentar:

- a) Instrumento público ou particular de procuração, com a firma do outorgante reconhecida em cartório, devendo constar o nome da empresa outorgante e também o nome do outorgado, constando ainda a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública (Modelo Anexo X); ou;
- **b)** Termo de Credenciamento (**Modelo no Anexo III**) outorgado pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos

necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, com assinatura reconhecida em cartório, ou;

- c) Apresentar, ainda, declaração de que cumprem os requisitos de habilitação (modelo Anexo IV). Esta declaração deverá ser apresentada fora dos envelopes. A não apresentação deste anexo impedirá a empresa de participar do Pregão, nos termos do Art. 4°, inciso VII da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, e;
- d) Cópia do Contrato Social, para comprovação de que quem assinou o termo tem poderes para tomar e assinar decisões para a empresa, conforme Art. 32 da Lei 8.666/93, e suas alterações, podendo ser apresentado em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município ou publicação em órgão de imprensa oficial.
- **4.2.2.** A não apresentação do documento de representação não será motivo para a desclassificação ou inabilitação do licitante. Neste caso, o representante ficará apenas impedido de se manifestar e responder pelo licitante durante os trabalhos.

4.2.3. No caso de Sócio ou Diretor da empresa licitante:

- a) Cópia do Contrato Social, para comprovação de quem tem poderes para tomar e assinar decisões para a empresa, conforme Art. 32 da Lei 8.666/93, e suas alterações, podendo ser apresentado em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município ou publicação em órgão de imprensa oficial, e,
- b) Apresentar, ainda, declaração de que cumprem os requisitos de habilitação (modelo Anexo IV). Esta declaração deverá ser apresentada fora dos envelopes. A não apresentação deste anexo impedirá a empresa de participar do Pregão, nos termos do Art. 4°, inciso VII da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002.
- 4.3. A empresa que pretender utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 7.1.1 e 7.1.2, deste edital, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte (Modelo Anexo V), ou outro documento idôneo que comprove tal situação com data de emissão posterior a 02 de Janeiro de 2023, sob pena de eventual omissão caracterizar-se como renúncia tácita aos benefícios previstos na lei antes referida.
- **4.3.1.** A não entrega da declaração de enquadramento do item 4.3 indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios da Lei Complementar n° 123 de 2006.

- **4.4.** Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal por parte da proponente para licitar ou contratar com a Administração (Anexo VII).
- **4.5.** Declaração contendo os dados para contato e responsável pela empresa, conforme **modelo Anexo IX**. (É de responsabilidade da empresa licitante caso ocorra mudança no endereço eletrônico e pessoa responsável comunicar o Município de Santa Cecília do Sul RS).
- **4.6.** As Cooperativas que tenham auferido, no calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 4.800.000,00 (Quatro Milhões e Oitocentos Mil Reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme o disposto no art. 34, da lei 11.488, de 15 de junho de 2011, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima.
- **4.7.** Para exercer o direito de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referente ao certame.
- 4.8. Cada pessoa poderá representar apenas uma empresa.
- **4.9.** O uso de telefone celular durante a sessão de lances só poderá ser usado com a permissão do Pregoeiro.
- **4.10.** O Pregoeiro poderá, no curso da sessão pública de pregão, consultar o Cadastro da licitante, para comprovar os poderes do Credenciado e/ou Procuração caso necessário.
- **4.11.** Havendo remessa via postal dos envelopes, a licitante não credenciada pessoalmente, não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta escrita.
- **4.12.** Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.
- **4.13.** Finalizado o credenciamento, não será mais admitido nenhum licitante ao certame.

5 - Do Recebimento e Abertura dos Envelopes

5.1. No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes n $^{\circ}$ 01 - Proposta De Preço e 02 - Documentos.

5.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

6 - Proposta de Preço

- **6.1.** A Proposta de Preços contida no Envelope n° 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:
- a) Proposta financeira, nos moldes constantes no Anexo II. A proposta deverá ser entregue em uma via, preferencialmente datilografada ou digitada, assinada pelo proponente, ou por seu procurador constituído, sem entrelinhas, rasuras ou emendas;
- b) Conter Razão Social completa e CNPJ da licitante;
- c) Descrição completa do(s) objeto(s) ofertado(s), marca, modelo, referência e demais dados técnicos;
- d) Conter Dados da Empresa e Dados do Administrador;
- e) Deverá apresentar valor em moeda corrente nacional, devendo os preços incluir todos os encargos fiscais, comerciais, e outros pertinentes ao objeto licitado;
- f) Prazo de validade da proposta de no mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data aprazada para recebimento da mesma. No silêncio da proposta, subentende-se validade de 60 (sessenta) dias.
- g) Prazo de entrega: Conforme solicitação e Cronograma de entrega;
- h) Prazo de validade: (mínimo conforme Anexo I).
- i) Proposta financeira por meio magnético (CD ou Pen Drive) conforme emitido pelo programa Gerador de Proposta o qual deverá ser baixado no link http://sinsoft.com.br/arquivos/Instalar Proposta 2014.exe. O arquivo de proposta deverá ser solicitado através do e-mail licitacao@santaceciliadosul.rs.gov.br.
- **Obs. 1:** erros de natureza formal que não alterem o valor das propostas, bem como quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidos como inexistentes, aproveitando-se a proposta, no que não for conflitante com o instrumento convocatório.
- **6.2.** As propostas financeiras que atenderem aos requisitos deste Edital serão verificadas pelo pregoeiro quanto a erros aritméticos, que, caso seja necessário, serão corrigidos da seguinte forma:
- **6.2.1.** Se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

- **6.2.2.** Se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação ou divisão será considerado o resultado corrigido;
- **6.2.3.** Caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua proposta financeira será desclassificada.
- **6.3.** Não serão consideradas vantagens não previstas no Edital ou ainda baseadas em ofertas das demais licitantes.
- **6.4.** Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, às condições de pagamento, aos prazos ou a outra condição que importe modificação dos termos originais, a não ser nos casos previstos no item 6.2.
- **6.5.** Não caberá desistência da proposta após a fase de habilitação, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- **6.6.** Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.
- **6.7.** A proposta de preços será considerada completa, abrangendo todos os custos necessários à aquisição do bem, objeto da presente licitação.
- **6.8.** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- **6.9.** O Pregoeiro poderá, caso julgue necessário, solicitar mais esclarecimentos sobre a composição do preço proposto.

7. Do Procedimento da Sessão e do Julgamento das Propostas

- **7.1.** No dia, hora e local designados no Edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado ou seu representante legal, proceder ao respectivo credenciamento, antes do início da sessão, conforme estabelece o item 3, deste Edital.
- **7.2.** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **menor preço**, por item, observadas as especificações e parâmetros de qualidade definidos neste Edital.
- 7.3. O Pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio, examinará a aceitabilidade da proposta do menor preço e a compatibilidade do objeto proposto com as condições especificadas neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito, e:

- 7.4. Serão DESCLASSIFICADAS as propostas escritas que:
- **7.4.1.** Forem elaboradas em desacordo com os termos deste Edital e de seus Anexos, ou que forem omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento, bem como, as que apresentarem preços ou vantagens baseadas nas ofertas de outras licitantes;
- **7.4.2.** Opuserem-se a qualquer dispositivo legal vigente, mormente no que tange aos aspectos tributários;
- **7.4.3.** Ofertarem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com o Termo de Referência:
- **7.4.4.** Consignarem preços simbólicos, irrisórios ou cotação de valor zero;
- 7.4.5. Oferecer propostas alternativas;
- **7.4.6.** Contiverem preços condicionados a prazos, vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;
- 7.4.7. Que não atendam a todos os incisos dispostos neste Edital, bem assim, aquelas contidas na descrição do objeto;
- 7.4.8. A empresa que não apresentar o arquivo em meio magnético.
- **7.5.** Abertos os envelopes contendo as propostas de preços escritas e não tendo sido nenhuma destas desclassificadas por quaisquer dos motivos elencados neste Edital.
- **7.6.** Serão qualificados pelo Pregoeiro, para ingresso na fase de lances, o autor da proposta de menor preço e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente a de menor preço.
- 7.7. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas escritas em ordem crescente de valores, até o máximo de 03 (três), integrar a relação de empresas classificadas a participar da disputa de lances verbais.
- **7.8.** O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais, em

ordem decrescente de valor, concedendo, a cada uma delas, o prazo de, no máximo 02 (dois) minutos para oferta de seus lances.

- 7.9. O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o valor ou percentual mínimo para o aumento dos lances, neste caso, a redução mínima entre os lances será no valor de R\$ 1,00 (um real), mediante prévia comunicação às Licitantes e expressa menção na ata da sessão.
- **7.10.** O Pregoeiro poderá ao longo da sessão de disputa de lances, alterar o valor ou percentual acima estipulado, conforme o caso para mais ou para menos, ou mesmo dispensá-lo.
- **7.11.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- **7.12.** Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do Edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar, tentando obter preço melhor.
- **7.13.** Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances ou, conforme o caso, adotados os procedimentos destinados às microempresas ou empresas de pequeno porte.
- **7.14.** O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante que apresentar a proposta com menor preço para torná-la mais vantajosa à Administração, devendo a negociação se dar em público e formalizada em ata.
- **7.15.** Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 7.16. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito, ficando vedada a aceitação de proposta(s), cujo(s) preço(s) unitário(s) do item seja(am) superior(es) ao(s) estimado(s) pelo Município, na forma disposta no Termo de Referência, deste Edital.
- 7.17. Sendo aceitável a proposta final de menor preço, classificada em primeiro lugar, para o objeto licitado, conforme especificado no item anterior será aberto o Envelope n° 02, contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.

- **7.18.** Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, quanto à aceitabilidade da proposta e a habilitação, a licitante será declarada vencedora.
- 7.19. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta e o atendimento das exigências de habilitação, até que um licitante cumpra as condições fixadas neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.
- **7.20.** Nas situações previstas nos subitens 7.16, 7.17 e 7.18, deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

7.21. Microempresas e empresas de pequeno porte

- **7.21.1.** A microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, com preços iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de melhor preço, proceder-se-á da seguinte forma:
- **a)** A Microempresa ME ou a Empresa de Pequeno Porte EPP, melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, de acordo com o estabelecido no § 3° do art. 45 da Lei Complementar n° 123/06, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- **b**) Não ocorrendo a apresentação da proposta da microempresa e empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas, na ordem classificatória, as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese acima, para o exercício do mesmo direito;
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido na alínea "a", deste subitem, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- **d**) O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de Microempresa ME ou a Empresa de Pequeno Porte EPP.
- **7.22.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do Certame.
- **7.23.** Proclamado o resultado do julgamento da licitação, o Pregoeiro franqueará a palavra aos representantes das licitantes presentes para que, querendo, possam manifestar a intenção de interpor recurso contra as decisões adotadas.

- 7.24. Não havendo quem pretenda recorrer, o Pregoeiro adjudicará o objeto do Certame em favor da licitante vencedora.
- 7.25. É facultado à licitante vencedora entregar ao Pregoeiro, na reunião, pen-drive ou outro dispositivo eletrônico contendo sua proposta inicial, para fins de atualização, impressão e aposição da assinatura do seu representante legal.
- **7.26.** Atendida a exigência estabelecida no subitem anterior, o Pregoeiro, encaminhará os autos ao Prefeito para fins de homologação do resultado da licitação.
- **7.27.** Manifestando qualquer das licitantes a intenção de recorrer, o processo somente será encaminhado para fins de adjudicação e homologação do resultado após o transcurso da fase recursal.
- 7.28. Caso entenda necessário proceder a exame mais detalhado de lances verbais ou da documentação poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data, o horário e o local em que será divulgado o resultado do julgamento.
- 7.29. Da reunião lavrar-se-á ata(s) circunstanciada(s), em que serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e demais membros da equipe de apoio, bem como pelas licitantes presentes. A recusa da licitante em assinar a ata, bem como a ausência de licitante naquele momento, será circunstanciada em ata.
- 7.30. Caso todas as propostas escritas sejam desclassificadas quando do confronto com os requisitos estabelecidos neste Edital, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, fixar às licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas ofertas escoimadas das causas que motivaram a desclassificação, admitindo-se, nesta hipótese, a cotação de preços distintos dos inicialmente ofertados.
- **7.31.** O procedimento do subitem anterior poderá ser adotado também no caso de inabilitação de todas as licitantes, hipótese em que a nova documentação deverá ser apresentado ao Pregoeiro no prazo 08 (oito) dias úteis, contado da data da lavratura da respectiva Ata.
- **7.32.** O Pregoeiro e/ou o Prefeito poderão solicitar esclarecimentos, pareceres e promover diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, sempre que julgarem necessário, fixando prazo aos setores competentes ou às licitantes para o atendimento.

- 7.33. Nas fases de julgamento das propostas e de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.34. Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" em um único momento, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.
- 7.35. Havendo interrupção dos trabalhos os envelopes não abertos, depois de serem rubricados no fecho, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro, pelos membros da equipe de apoio e pelos representantes legais das licitantes presentes, ficarão sob a guarda do Pregoeiro até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.
- **7.36.** Todas as propostas de preços escritas e os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes legais das licitantes presentes à sessão deste Pregão.
- 7.37. Após a homologação do presente certame, a licitante cuja documentação não tiver sido examinada terá o prazo de 30 (trinta) dias para recolher o respectivo envelope junto ao Setor de Licitação do Município, findo o qual o envelope e seu conteúdo serão fragmentados.

8. Da Habilitação (Envelope n° 02)

- **8.1.** Sob pena de inabilitação e consequente eliminação automática desta licitação, a proponente deverá incluir os documentos previstos neste item no Envelope n° 02 Documentos de Habilitação, devidamente fechado e identificado, conforme indicado neste Edital;
- 8.1.1. Os documentos deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração Municipal ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados ou impressos em papel timbrado da licitante ou na falta deste com carimbo que a identifique, registrar o número desta licitação e estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido. A exibição do documento original ao Pregoeiro dispensa a autenticação;

- **8.1.2.** Para participar do presente Certame as empresas interessadas deverão apresentar toda a documentação comprobatória da necessária qualificação no que se refere à:
 - a) habilitação jurídica;
 - b) regularidade fiscal e trabalhista;
- \mathbf{c}) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal. (Anexo VI).

8.2. Da Habilitação Jurídica

- **8.2.1.** Contrato Social de sociedade empresarial regularmente constituída para a finalidade social compatível com o objeto da presente licitação;
- **8.2.1.1.** Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 8.2.1, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto item 4 deste edital, desde que atenda plenamente ao disposto no item anterior;
- **8.2.2.** Caso os responsáveis não constem no contrato social, documento que comprove a vinculação à empresa, dos responsáveis pela administração.
- **8.2.3.** No caso de sociedades anônimas, cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei n° 6.040/76 e suas alterações;
- **8.2.4.** Cópia do decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.
- 8.3. Para comprovação da regularidade fiscal (Art.29 da Lei Federal n° 8666/93)
- 8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;
- **8.3.2.** Prova da regularidade para com a **Fazenda Federal** mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federal e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda nacional / Receita Federal do Brasil;
- 8.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- **8.3.4.** Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma de lei;
- **8.3.5.** Prova regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

8.4. Para comprovação da regularidade trabalhista (Art.29 da Lei Federal nº 8666/93)

8.4.1. Prova de inexistência de Débitos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação da Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943.

8.5. Para comprovação da qualificação econômico-financeira (Art.31 da Lei Federal n° 8.666/93)

8.5.1. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedido no domicilio da pessoa física, com data máxima de 60 dias anteriores a realização desse processo.

Obs. 1: as certidões negativas deverão ser do domicílio ou da sede da licitante.

8.6. Declarações

- **8.6.1.** Declaração que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme art. 7°, inciso XXXIII, combinado com o art. 27, V da Lei Federal n° 8666/93 (**Modelo Anexo VI**);
- **8.6.2.** Facultativamente, declaração de desistência de prazo recursal, se considerada habilitada, em caso de não encontrarse presente por ocasião da abertura dos envelopes. (**Modelo Anexo VIII**).
- 8.8. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em original ou por meio de qualquer processo de fotocópia, exclusivamente autenticada por TABELIÃO DE NOTAS, por publicações em órgão da imprensa oficial ou por funcionário público municipal. Caso algum documento de habilitação tenha sido emitido pela Internet, o mesmo terá sua autenticidade condicionada à verificação no respectivo sítio, devendo, ainda, ser observado o seguinte:
- **a)** Os documentos apresentados para habilitação não disponíveis em sítios da Internet deverão estar obrigatoriamente, na validade, em nome da empresa que irá participar do presente Certame contendo o mesmo CNPJ e endereço respectivo, ressalvada a exceção prevista na alínea "c", deste subitem;
- **b**) O documento que, pela sua própria natureza, não tiver prazo de validade expresso em seu texto, somente será aceito, para efeito de habilitação, se tiver sido expedido até, no máximo, noventa (90) dias antes da data fixada no preâmbulo, deste Edital, para entrega dos envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação";
- c) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz ou, se for a filial, todos os documentos

deverão estar obrigatoriamente em nome desta, exceto aqueles que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. A referida comprovação, que é obrigatória, é de exclusiva responsabilidade da licitante;

8.9. Se a licitante desatender às exigências previstas neste Item, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem crescente de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

8.10. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

- **8.10.1.** A comprovação de Regularidade Fiscal das microempresas e empresa de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- **8.10.2.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- **8.10.3.** A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicara decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação ou revogação a licitação.
- 8.11. Os documentos emitidos, via Internet, por órgãos ou entidades públicas e suas cópias reprográficas dispensam a necessidade de autenticações e, em caso de deficiências nas informações constantes no documento apresentado, inclusive quanto ao prazo de validade, os mesmos poderão ser obtidos via Internet durante a sessão, para verificação da autenticidade. A Administração Municipal não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, momento da verificação da habilitação. Ocorrendo indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

- **8.12.** O Pregoeiro manterá, em seu poder (sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação), os documentos das demais licitantes pelo prazo de 30 (trinta) dias após a homologação da licitação, devendo as licitantes retirá-los ao fim imediato deste período, sob pena de inutilização dos mesmos.
- **8.13.** A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital, implicará na inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.
- **8.14.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- **8.15.** Os documentos necessários à habilitação deverão ser preferencialmente, apresentados conforme a sequência acima mencionada, e poderão ser apresentados em **original**, **ou**, **se preferir**, **deverá ser apresentado através de cópia autenticada em cartório**, por servidor do município de Santa Cecília do Sul, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante deste processo licitatório.
- **8.15.1.** Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que poderá ter sua validade confirmada pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

9 - Da Adjudicação

- 9.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- 9.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 9.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de

03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo;

10. Dos Recursos Administrativos

- 10.1. Declarada vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal.
- 10.2. As licitantes, que se manifestarem nos termos do item 9.1 poderão interpor recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes desde logo intimadas a apresentar contrarrazões por igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 10.3. A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 10.4. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 10.5. Se não reconsiderar sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informados, à consideração da Autoridade Superior, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento licitatório.
- 10.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará o objeto e homologará a licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances.
- 10.8. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados, no Setor de Licitação, do Município.
- 10.9. Dos ATOS DA ADMINISTRAÇÃO, decorrentes da aplicação subsidiária da Lei no 8.666/93, caberá:
- I Recurso, interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, nos casos de:
 - a) Anulação ou revogação da licitação;
- b) Rescisão do contrato, a que se refere o inciso I, do artigo 79, da Lei no 8.666/93;
- ${f c}$) Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa.

- II Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;
- III Pedido de reconsideração de decisão do Prefeito, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.
- 10.10. Os recursos referidos no subitem anterior deverão ser dirigidos à Autoridade Superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informando àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (§ 4°, do artigo 109, da Lei no 8.666/93).
- 10.11. Os recursos e as contrarrazões interpostos pelas licitantes deverão ser entregues no Setor de Protocolo do Município, localizado no endereço constante do preâmbulo, não sendo considerados àqueles encaminhados por fax, correio postal ou correio eletrônico, ou, entregues sem o devido protocolo.
- 10.12. Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da Sessão, nem serão recebidas às petições de contrarrazões apresentadas intempestivamente ou em desacordo com o disposto neste Edital.
- 10.13. Não serão aceitas impugnações e recursos por e-mail, nem por fac-símile, assim como qualquer documento não poderá ser exibido por uma dessas formas, ou em papel de fac-símile, ainda que autenticado.

11. Das Amostras Dos Produtos

- 11.1. As amostras dos produtos a serem adquiridos pelo Município deverão ser apresentadas após a fase de julgamento das propostas, no prazo de 02(dois) dias úteis a contar da cientificação dos atos;
- 11.2. As amostras deverão ser identificadas com o número do edital e o nome do fornecedor.
- 11.3. A não apresentação da amostra ou a apresentação de amostra em desacordo com as exigências deste edital implicará na automática desclassificação do item e/ou da proposta.
- 11.4. As amostras serão analisadas pela Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Cultura, que observará como critérios de avaliação, além das especificações descritas para cada gênero alimentício, conforme Anexo I do edital, os seguintes critérios: qualidade, sabor, higiene e aspecto.

11.5. A análise ficará a cargo de profissional da área da nutrição, que emitirá seu parecer em laudo devidamente assinado e identificado.

12 - Das Dotações Orçamentárias

12.1. As despesas decorrentes do presente edital correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, por conta do orçamento de 2024, suplementada se necessário:

07.03 - Educação, Desportos e Cultura

3.3.9.0.30.00.00.00 - Material de Consumo

2033 - Manutenção da Alimentação Escolar

13 - Da Formalização e da Alteração do Contrato

- 13.1. O contrato a ser formalizado obedecerá ao que dispõe os artigos 60 a 64 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores e, de acordo com a minuta de contrato, parte integrante deste instrumento.
- 13.2. O contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65, parágrafos, incisos e alíneas da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

14 - Do Contrato

- **14.1** Com relação aos produtos perecíveis faz-se necessária a lavratura de contrato, conforme as regras a seguir:
- 14.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, obedecido o que estabelece os artigos 66 a 76 da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações posteriores.
- 14.1.2 O representante legal da proposta vencedora será convocado para firmar o termo de contrato, conforme minuta do Anexo XI e da proposta aceita.
- 14.1.3 O representante legal da proposta vencedora deverá assinar o contrato, dentro do prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação para tal, através de fax ou correio eletrônico.
- 14.1.4 Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.
- 14.1.5 O contrato a ser firmado com a licitante vencedora terá vigência inicial de 12 meses a contar da assinatura do contrato.
- 14.1.6 A inadimplência da contratada em relação a quaisquer encargos não transferirá para a contratante a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 14.1.7 O contrato a ser formalizado obedecerá ao que dispõe os artigos 60 a 64 da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações

posteriores e, de acordo com a minuta de contrato, parte integrante deste instrumento.

14.1.8 O Município poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 65, § 1°, da Lei Federal n° 8.666/93.

15 - Dos Prazos e do Recebimento do Objeto

- 15.1. Homologada a presente licitação, a entrega dos gêneros alimentícios deverá ser feita de forma parcelada, conforme cronograma e solicitação da Secretaria Municipal da Educação, com prazo de entrega de no máximo 05 (cinco) dias, a partir de cada solicitação efetuada.
- 15.2. O controle de qualidade e da quantidade dos produtos entregues deverá ser aferida pela nutricionista responsável pela merenda escolar, através laudo técnico e de termo de recebimento assinado pela empresa e pelo responsável pelo recebimento.
- 15.3. Verificada a desconformidade de algum critério do objeto, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.
- 15.4. Se, dentro do prazo acima referido, o convocado não entregar as mercadorias constante de sua proposta, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a entrega referida, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste edital, ou então revogará a licitação, porém, em qualquer uma dessas hipóteses não haverá prejuízo da aplicação da pena de multa prevista no item 12 abaixo.

16 - Da Forma de Pagamento

- 16.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal devidamente visada pelo responsável indicado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (que deverá conter em sua descrição o número do presente edital e do respectivo contrato), correndo por conta do licitante todas as despesas experimentadas.
- 16.2. A inadimplência da licitante vencedora com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere ao Município a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o art. 71, parágrafo 1°, da Lei Federal n° 8.666/93.
- a) Em caso de reclamatória trabalhista contra a licitante vencedora em que o Município seja incluído no polo passivo da demanda, independentemente da garantia ofertada, serão retidos,

- até o final da lide, valores suficientes para garantir eventual indenização.
- 16.3. O pagamento será efetuado através de boleto bancário e/ou crédito em conta corrente da contratada na qual a mesma deverá informar em sua proposta os dados bancários.
- 16.4. O Município pode deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante contratada, nos termos deste Certame.
- 16.5. O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal de fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.
- 16.6. Quando do pagamento será retido e recolhido o ISSQN e IRRF devidos, e INSS se for o caso.
- 16.7. Será efetuada a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN nº 1.244/2012, conforme instituído pelo Decreto Municipal nº 1.673/2022, de 26 de julho de 2022.
- 16.8. A retenção dos tributos não será efetivada caso a contratada apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que ele é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte SIMPLES.

17. Do Reajustamento

- 17.1. Os preços ofertados permanecerão fixos e irreajustáveis, salvo hipóteses de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro nos temos da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei federal 8.666/93, que deverá ser comprovado pelo Contratado e aprovado pelo Contratante.
- 17.1.1. Incumbirá à contratada a iniciativa e o encargo de apresentar ao Município o cálculo do novo reajustamento, com a respectiva prova de tal ocorrência, cujo valor de reajustamento será no máximo igual ao aumento ocorrido.
- 17.3.3. Caso haja reajuste antes da data do pagamento, o Município efetuará a quitação do que fora consumido até aquela data, ao preço vigente no contrato, sendo que o valor decorrente do reajuste somente alcançará os produtos que foram consumidos a partir do deferimento do pedido.

18. Da Fiscalização

18.1. A fiscalização será exercida pela Secretária Municipal de Educação e Cultura e da nutricionista ou a outro servidor designado.

19. Dos Acréscimos ou Supressões

- 19.1. No interesse do Município, o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do artigo 65, § 1 e 2°, da Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores;
- 19.2. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite estabelecido no item anterior, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

20. Das Penalidades

- **20.1.** À licitante vencedora deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n° 8.666/93, nas seguintes situações, dentre outras:
- 20.1.1. A recusa pelo fornecedor em atender ao objeto adjudicado acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.
- **20.1.2.** A entrega em desacordo com o licitado acarretará multa de 1% (um por cento), por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias, para sanar a irregularidade. Após esse prazo, a contratação será rescindida, sendo aplicada às penalidades previstas.
- 20.1.3. O atraso que exceder ao prazo fixado para entrega, acarretará a multa de 1,0% (um por cento), por dia de atraso, limitado a 10% (dez por cento), sobre o valor total adjudicado. Após esse prazo, a contratação será rescindida, sendo aplicada às penalidades previstas.
- **20.1.4.** Nos termos do artigo 7° da Lei Federal n° 10.520/2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos impedido de licitar, nos casos de:
- a) Apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- b) Retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;
- c) Não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- d) Comportamento inidôneo;
- e) Cometimento de fraude fiscal;
- f) Fraudar a execução do contrato;
- g) Falhar na execução do contrato.
- **20.2.** Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei Federal n° 8.666/93.

- **20.3.** As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.
- **20.4.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 20.5. É facultada à Comissão, em qualquer fase do certame, promover diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- **20.6.** Será facultado ao licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, se estiver sujeita a situação que enseja penalidade, ressalvada a possibilidade da administração adotar as medidas preventivas cabíveis.

21. Da Anulação e Revogação

- 21.1. Por razões de interesse público, ou em decorrência de fato superveniente, a Administração poderá revogar ou anular a presente licitação, sem que tal ato possa gerar obrigação de indenização, ressalvando o disposto no parágrafo único, do art. 59 da Lei Federal 8.666/93.
- **21.2.** A nulidade do procedimento licitatório induz a do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/93.
- 21.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e ampla defesa.

22. Das Disposições Gerais

- **22.1.** Nenhuma indenização será devida as licitantes em razão da elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.
- 22.2. A apresentação da proposta de preços será considerada como evidência de que a Licitante examinou criteriosamente todos os documentos do Edital, e obteve informações sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la, e considerou que os elementos desta licitação lhe permitam a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.
- 22.3. É facultada ao Pregoeiro e Equipe de Apoio em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a completar a instrução do processo.
- **22.4.** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio poderão solicitar parecer técnico interno ou externo em qualquer fase da presente licitação.

- **22.5.** Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões de que trata o parágrafo 1° do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.
- 22.6. No caso de necessidade de alteração deste Edital, antes do dia e hora marcados para abertura das propostas, poderá ocorrer prorrogação, respeitando-se o número de dias decorridos a partir do último aviso publicado e utilizando-se dos meios anteriormente adotados para a nova divulgação.
- 22.7. Onde este Edital for omisso, prevalecerão os termos da Lei Federal 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, reservando-se ainda no interesse do Município de Santa Cecília do Sul RS, por conveniência administrativa, sem que caiba aos participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:
- adiada sua abertura;
- alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação, o direito de revogar no todo ou em parte o presente Edital, sem que dessa sua decisão possa resultar, em qualquer caso, reclamação ou indenização por parte das licitantes.
- 22.8. Não serão aceitas nem recebidas, em hipótese alguma, documentações e propostas após a data e hora aprazadas para esta Licitação, ainda que tenham sido despachadas, endereçadas e/ou enviadas por qualquer meio, anteriormente a data de vencimento. Também não serão aceitas, nem levadas em consideração, propostas encaminhadas por telexogramas, telegramas, radiogramas, aerogramas, e-mail ou fax.
- 22.9. decretação de feriado ou Ocorrendo а outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a Licitação fica automaticamente primeiro dia útil prorrogada para 0 subsequente, independentemente de nova comunicação, no mesmo local e horário.
- **22.10.** Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitação e proponentes presentes.
- **22.11.** Qualquer impugnação referente ao Processo Licitatório, somente serão aceitas mediante protocolo no setor do município ou quando enviado via correio por AR ou CARTA REGISTRADA.
- **22.12.** Fica a cargo do Pregoeiro a fixação de parâmetros mínimos de valores sobre os lances verbais, podendo, inclusive, alterálos no curso da sessão (estipulação de valores mínimos entre um lance e outro).

23. São anexos deste Edital

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III - Modelo de Credenciamento;

Anexo IV - Modelo de Declaração de Atende aos Requisitos do Edital;

Anexo V - Modelo de Declaração de Enquadramento de ME ou EPP;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Cumprimento ao Art. 7° da Constituição Federal;

Anexo VII - Modelo de Declaração de Idoneidade;

Anexo VIII - Modelo de Declaração de renúncia de prazo recursal;

Anexo IX - Modelo Declaração com os Dados para Contato;

Anexo X - Modelo de Procuração;

Anexo XI - Minuta de Contrato.

24. Disposições Finais

24.1. Quaisquer informações ou dúvidas decorrentes de interpretação do Edital deverão ser solicitadas por escrito ao Município de Santa Cecília do Sul, setor de licitações, sito a Rua Porto Alegre, 591, pelo e-mail: licitacao@santaceciliadosul.rs.gov.br, ou pelo fone (54) 3196-8535, no horário de expediente, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data marcada para recebimento dos envelopes.

25. Do Foro

25.1. Fica eleito, o Foro da Comarca de Tapejara-RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Santa Cecília do Sul - RS, 21 de dezembro de 2023.

João Sirineu Pelissaro Prefeito Municipal

Anexo I Pregão Presencial nº 15/2023

Termo de Referência

1. Objeto

Aquisição de gêneros de alimentação para a merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino do município para o ano letivo de 2024.

2. Justificativa

A presente solicitação se faz necessária, devido à necessidade para fins de manutenção da merenda escolar ofertada na escola municipal, para o ano de 2024.

3. Descrição dos Produtos

Especificações dos gêneros alimentícios abaixo:

Item	Qtde	UN.	Descrição
	2000	52.3	Abacaxi, peso mínimo de 1 kg, in natura; aroma
01	300	UN	e cor da espécie e variedade, apresentar grau máximo de maturação. Estar livre de enfermidades, insetos e sujidades. Não serão permitidos manchas ou defeitos na casca.
02	60	PAC	Açúcar, do tipo cristal, tipo 1. Embalagem de 5 Kg. Validade de 06 meses a partir da entrega.
03	300	UN	Alface, tipo lisa, de boa qualidade sem machas.
04	30	UN	Alho, embalagem de 200 g, boa qualidade.
05	150	PAC	Amido de milho (500 g) embalagem plástica. Validade de 06 meses a partir da entrega.
06	30	PAC	Amendoim, tipo 1, embalagem plástica resistente transparente. Embalagem de 500g. Validade de 06 meses a contar da entrega.
07	20	Kg	Aveia em flocos finos embalagem 500g. embalagem plástica contendo 500 gramas, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas, embalagens plásticas prazo mínimo de validade de 06 meses, a partir da data de entrega.
08	10	UN	Azeite de Oliva extravirgem, com acidez máxima de 0,5%. Embalagem em vidro ou plástico, de cor âmbar ou verde, com bico dosador. Embalagem com conteúdo mínimo de 500 ml.
09	800	Kg	Banana caturra, de tamanho médio, maturação média, sem manchas e batidas.
10	100	Kg	Banana Prata, de tamanho médio, maturação média, sem manchas e batidas.
11	180	Kg	Batata doce, de boa qualidade, tamanho uniforme e sem rachaduras e brotos.

	Γ	1	
			Batata inglesa, tamanho médio, casca lisa, com
12	60	Kg	bom aspecto externo, sem lesões, sem brotos,
			cor uniforme.
			Bebida láctea, sabor morango, não deverá
13	385	L	apresentar sujidade e cor não característica
13	383	ш	do produto. Embalagem plástica de 1 L. Vaidade
			de 3 meses a partir da data de entrega.
			Bergamota, de tamanho médio, maturação média,
14	300	Kg	sem manchas e batidas.
			Beterraba, de tamanho médio, lisa, com polpa
15	150	Kg	intacta e limpa, coloração e tamanho uniforme,
	100	119	sem brotos, rachaduras ou cortes.
			Biscoito Doce, tipo rosquinha de coco,
			embalagem plástica contendo 400 gramas,
16	150	PAC	isento de mofo, odores estranhos e substâncias
			nocivas, embalagens plásticas, prazo mínimo
			de validade de 06 meses, a partir da data de
			entrega.
			Biscoito salgado, tipo cream cracker 345g.
			Deverá ser fabricado a partir de matérias
	150		primas sãs e limpas, isenta de matérias
			terrosas, parasitas e em perfeito estado de
17		DAC	conservação, serão rejeitados biscoitos mal
1 /		PAC	cozidos, queimados e de caracteres
			organolépticos anormais, não podendo
			apresentar excesso de dureza e nem se
			apresentar quebradiço. Validade de 06 meses a
			partir da data de entrega.
18	60	Kg	Bolacha de milho, macia, tamanho uniforme.
19	60	Kg	Bolacha de polvilho, macia, tamanho uniforme.
	00	119	Bolacha doce tipo Maria de boa qualidade e
20	200	PAC	macia. Embalagem de 345g. Validade de 06 meses
20	200	PAC	
			a partir da data de entrega.
			Brócolis de tamanho médio, fresca, sem
21	200	UN	manchas, coloração e tamanho uniformes,
			isenta de terra, parasitas, larvas e danos
			físicos e/ou mecânicos.
22	150	UN	Cacau em pó, 200 g. Cacau 100 %, sem açúcar
	100	011	Validade de 06 meses a partir da entrega.
			Café, solúvel granulado. Embalagem 160g.
23	60	UN	Validade de 06 meses a partir da data de
			entrega.
0.4	О Г	T T T T	Canela em pau. Embalagem plástica contendo
24	05	UN	50g.
			Canjica amarela, tipo 1, limpas, isentas de
			matérias terrosas, parasitas e de detritos
25	30	PAC	
	30	U PAC	Validade de 03 meses a partir da data de
			entrega.
		<u> </u>	circi cya.

2.6	0.0	D7.0	Capeletti, de carne de frango, embalagem em
26	80	PAC	plástico de 500 g. Validade 45 dias.
			Carne bovina moída, de segunda, resfriada, sem
27	450	Kg	nervuras e pouca gordura, sem manchas
			esverdeadas, embalagens contendo 2Kg.
			Carne bovina picada, agulha sem osso,
28	300	Kg	resfriada, macia, com pouca gordura.
			Embalagens até 2 kg.
2.0	г 0	TZ	Carne de Frango, moída, de 1ª qualidade,
29	50	Kg	congelada, pouca gordura. Embalagens até 2 kg.
			Cebola, de primeira, fresca, compacta e firme.
2.0	0.0	TZ or	Sem lesões de origem físicas ou mecânicas,
30	80	Kg	rachaduras e cortes. Tamanho e coloração
			uniformes devendo ser bem desenvolvida.
			Cenoura, de primeira, sem rama, fresca,
			compacta e firme. Sem lesões de origem físicas
31	100	Kg	ou mecânicas, rachaduras e cortes. Tamanho e
			coloração uniformes. Devendo ser bem
			desenvolvida.
			Chuchu, de primeira qualidade, em boas
	ГО	T.,	condições de consumo. Tamanho médio, com
32	50	Kg	cascas sãs e sem rupturas. Devendo ser bem
			desenvolvido.
			Colorífico em pó. Apresentação: Embalagem
			igual ou superior a 100gr. Características:
			Apresentação natural, aspecto físico pó,
	4.0		embalagem contendo informações sobre o
33	40	PAC	produto, marca do fabricante, data da
			fabricação e validade. Produto com validade
			igual ou superior a 90 dias a contar da data
			de entrega.
			Couve flor de primeira, de cor creme, isenta
			de folhas e com talo máximo de 3 cm. Deve
			apresentar as características do cultivar bem
			definidas, estar fisiologicamente
34	200	UN	desenvolvida, bem formada, limpa, com
			coloração própria, livre de danos mecânicos,
			fisiológicos, pragas e doenças e estar em
			perfeitas condições de conservação e
			maturação.
2.5	0.5	7 73 7	Cravo da Índia, em embalagem plástica contendo
35	05	UN	50 g.
			Creme de leite, UHT, homogeneizado, que seja
			produzido a partir de creme de leite, leite
			em pó, espessante, estabilizantes, sem
36	150	UN	glúten, com mínimo de 17% de gordura.
			Embalagem tetra brik de 200 gramas. Deve
			conter registro do Ministério da Agricultura
			na embalagem.
27	1 0	TTNT	Cúrcuma em pó, integro sem irregularidades no
37	10	UN	produto, cheiro e aroma característico,
	i	1	· ·

		1	
			contendo identificação do produto, marca do
			fabricante, data de fabricação e prazo de
			validade. Embalagem contendo 100 gramas
			Ervilha, embalagens de 300g, congelada, em
38	50	PAC	embalagem plástica. Validade 03 meses a partir
			da data de entrega.
			Essência de baunilha, embalagens de 30ml.
			Características: Frasco contendo informações
			do produto, marca do fabricante, registro no
39	10	UN	Ministério da Saúde, data da fabricação e
			validade. Prazo de validade de no mínimo 6
			meses a partir da entrega do produto.
			Farinha de milho média, tipo 1. Embalagem de
4.0	150	TZ 01	· -
40	150	Kg	1 Kg. Validade de 6 meses a partir da data de
			entrega.
	- 0		Farinha de trigo, tipo 1. Embalagem de 5 Kg.
41	50	PAC	Validade de 6 meses a partir da data de
			entrega.
			Feijão carioca, tipo 1, isento de matéria
			terrosa, de parasitos, de detritos animais e
			vegetais, pedaços de grãos ardidos, brotados,
			chochos, imaturos, manchados, chuvados,
		Kg	mofados, carunchados e descoloridos que
42	50		prejudiquem sua aparência e qualidade,
			produção da última safra. Embalagem: pacote
			de polietileno atóxico resistente, contendo a
			validade do produto - pacote de 1 Kg. Prazo
			de validade: seis meses a partir da data de
			entrega do produto.
			Fermento em pó de boa qualidade. Embalagem de
43	70	UN	plástico de 250 g. Validade de 6 meses a
15	, 0	011	partir da data de entrega.
			Iogurte sem lactose consistência firme,
			quantidade de Sódio inferior a 100g por
44	30	L	porção, sabor morango. Embalagem de garrafa
44	30	Ъ	=
			plástica de 1 litro. Validade 45 dias a partir
			da data de entrega.
4 -	0.60	<u></u>	Laranja, de tamanho médio, de boa qualidade,
45	260	Kg	maturação média, sem manchas, batidas e sem
			machucados.
			Leite, tipo longa vida, integral (UHT) de boa
46	1.300	L	qualidade. Embalagem de 1 litro. Validade de
			4 meses a partir da data de entrega.
			Leite em pó, integral, instantâneo, embalagem
47	200	V~	aluminizada de 1 kg, com valor energético
4 /	200	Kg	médio de 100 a 140 kcal e valor protéico de 6
			a 8 g por porção de 26g.
			Leite sem lactose tipo longa vida, integral
4.0	1.00	_	(UHT) de boa qualidade. Embalagem de 1 litro.
48	180	L	Validade de 4 meses a partir da data de
			entrega.
	<u> </u>	<u> </u>	

49	80	Kg	Lentilha, isento de matéria terrosa, de parasitos, de detritos animais e vegetais, pedaços de grãos ardidos, brotados, chochos, imaturos, manchados, chuvados, mofados, carunchados e descoloridos que prejudiquem sua aparência e qualidade, produção da última safra. Embalagem: pacote de polietileno atóxico resistente, contendo a validade do produto, de 400 g.
50	800	Kg	Maçã, tipo Fugi, de tamanho médio, de boa qualidade, maturação média, sem manchas, batidas e sem machucados.
51	25	PAC	Macarrão, tipo conchinha, para sopa, embalagens de 500 g. Validade de 6 meses a partir da data de entrega.
52	25	PAC	Macarrão, letrinhas, para sopa, embalagens de 500 g. Validade de 6 meses a partir da data de entrega.
53	300	Kg	Mamão Formosa, deverá ser procedente de espécimes vegetais genuínos e sãos, ser fresco, ter atingido o grau máximo no tamanho, aroma e cor da espécie e variedade, apresentar grau máximo de maturação tal que lhes permita suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo, estar livre de enfermidades, insetos e sujidades, não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência e a polpa. Não serão permitidos manchas ou defeitos na casca.
54	250	Kg	Manga de tamanho médio, de boa qualidade, maturação média, sem manchas, batidas e sem machucados.
55	100	PAC	Massa com ovos, do tipo parafuso. Embalagem de 500g. Validade de 6 meses a partir da data de entrega.
56	640	Kg	Melancia, de tamanho médio, de boa qualidade, maturação média, sem manchas, batidas e sem machucados.
57	100	Kg	Melão, deverá ser procedente de espécimes vegetais genuínos e sãos, serem frescos, ter atingido o grau máximo no tamanho, aroma e cor da espécie e variedade, apresentar grau máximo de maturação tal que lhes permita suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo, estar livre de enfermidades, insetos e sujidades, não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua

		1	
			aparência e a polpa. Não serão permitidos
			manchas ou defeitos na casca.
			Milho verde, congelado, embalagem plástica,
58	30	PAC	contendo 300g. Validade 12 meses a partir da
			data de entrega.
			Óleo de soja, cor e aspecto característicos
59	150	UN	do produto, embalagem de plástico 900 ml.
	150	OIN	Validade de 12 meses a partir da data de
			entrega.
			Orégano, deverá ser constituído por folhas
60	10	UN	sãs, limpas e secas, cor verde pardacenta,
			cheiro e sabor próprio. Embalagens de 85g.
61	4.000	UN	Pão, tipo hot-dog, de tamanho médio (100g),
QI	4.000	OIN	macio.
62	100	UN	Pão, tipo hot dog sem lactose 100g. macio
			Pão fatiado, para sanduiche, embalagem com 20
63	200	PAC	fatias, de boa qualidade, sem amassados e
			queimado, sem açúcar e gorduras trans.
64	10	UN	Páprica doce, em pó, embalagem de 100g.
<u></u>	2.0	TZ	Pinhão de boa qualidade, tamanho uniforme e
65	30	Kg	sem rachaduras e brotos.
			Presunto magro, fatiado fino separado por
66	70	Kg	plásticos, com registro no ministério da
			agricultura e com data de validade.
			Queijo tipo muçarela fatiado, com registro no
			SIF ou SISP, produto elaborado unicamente com
67	100	Kg	leite de vaca, cor branco creme homogênea,
			cheiro próprio, sabor suave, levemente
			salgado, fatias separadas por plástico.
			Queijo sem lactose, fatiado fino, separado por
68	05	Kg	plásticos, com registro no ministério da
			agricultura e com data de validade.
			Repolho tamanho médio, de boa qualidade,
69	300	Kg	maturação média, sem manchas, batida e sem
			machucados.
7.0	1.5.0	D.7.0	Sagu, de fécula de mandioca, embalagem
70	150	PAC	plástica, 500g validade 06 meses.
			Sal iodado, embalagem plástica de 1 Kg,
71	70	PAC	validade de 06 meses a partir da data de
			entrega.
			Tempero verde, maço, de boa qualidade com
72	50	UN	salsa e cebola sem manchas e batidas.
			Tomate longa vida, amadurecimento médio,
		_	fresco, coloração e tamanho uniforme, de boa
73	100	Kg	qualidade e aparência. sem ferimentos ou
			defeitos, tenros e sem manchas.
			Tortel, formato pastel, recheados com
74	72	Kg	moranga. Validade de 45 dias a partir da data
_	_	ر ا	de entrega.
	1	l	

75	4.0	TINT	Vinagre depósitos	de	maçã,	líqu	ido,	1	.ímpido	е	sem
7.5	40	OIN	depósitos	, e	mbalagem	de	750	ml	intacta	•	

4. Local e Periodicidade de Entrega dos Produtos

- **4.1.** As entregas deverão ser efetuadas na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Duque de Caxias, situada na Rua Maximiliano de Almeida, no município de Santa Cecília do Sul RS, sem custos de transporte.
- **4.2.** A entrega dos gêneros alimentícios deverá respeitar o cronograma de entrega conforme elaborado pela nutricionista.
- **4.3.** Os itens deverão estar acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, não causando prejuízos à sua entrega.
- **4.4.** Produtos entregues em desconformidade com a qualidade, ou apresentando algum aspecto duvidoso com algum item, deverá proceder com a substituição/correção, no prazo de 24 horas pelo fornecedor.

Anexo II

Pregão Presencial n° 15/2023

Proposta de Preço

Dados da Empresa							
Razão Social:							
CNPJ:	Insc	crição Estadual:					
Endereço:				Ν°	CEI	?:	
Bairro: Cida				Est	tado:		
Telefone:	E-ma	ail:					
Dados do Administrador							
Sócio Administrador:							
CPF: RG:		Endereço:					N°
Bairro: Cidade:		-	CEP:			Estad	io:
Telefone:	E-ma	ail:			L.		
ItemQtde.Unid.EspecificaçãoDescriçãocompleta	do	(s) objeto(s	·	'Modelo	Valor Unit. R		Valor otal R\$
			·	'Modelo			
ofertado(s) (com o mín:	imo de	scrito no edital	.)				
Obs.: o preenchimento do presente anexo todas as características do objeto e exig				a propo	sta da	lici.	tante cor
<pre>Valor Total: R\$ (A cotação de preços deve em moeda corrente nacional). Declaro, sob as penas da lei: a) Que nesta proposta estão inclusos, despesas incidentes sobre o objeto licitation tributos incidentes, custos administrative</pre>	ficar ado, ta	ndo sob minha r ais como: carreg	esponsak gamento,	oilidade custos	e, todos diretos	s os s e i	custos e
 b) Prazo de entrega: Conforme cronogram c) Validade da Proposta: 60 (sessenta) d) Validade: (mínimo conforme descritiv 	na; dias.	ncargos sociais,	Clapali	IISCAS,	seguros	e 0	utros.

[assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante] [nome, RG, CPF, cargo]

Anexo III Pregão Presencial n° 15/2023

Modelo de Credenciamento

	Através	do pre	sente,	crede	nciamos	o(a)	Sr	î.(a)
	, portado	or(a) da	cédula d	de iden	tidade	n°		е
do CPF n°		, a par	ticipar	da lic	itação	instaur	rada	pelo
Município	de Santa	Cecília	do Sul	-RS, na	n modal	idade d	le Pr	egão
Presencial	l n° 15/2	2023, na	qualid	ade de	REPRE	SENTANT	E LE	GAL,
outorgando	o-lhe ple	nos pode	res par	a pron	unciar	-se em	nome	e da
empresa _			_, CNP	J n° _	_••_	·/	/	,
bem como	formular	proposta						
inerentes	ao certam	ne.						
				_ de			de 2	2024.

Assinatura do(s) dirigente(s) da empresa Nome do dirigente da empresa (firma reconhecida)

Obs.: 1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

(Este anexo deverá ser apresentado fora dos envelopes por ocasião do credenciamento)

Anexo IV Pregão Presencial n° 15/2023

Declaração de Habilitação

					e da empresa),
inscrita (o)	no CNPJ	sob o n°		/	, com sede
		(ende	reço comp	oleto), e	em conformidade
com o dispos	to no art	$\frac{1}{2}$, inc	. VII,	la Lei n	° 10.520/2002,
DECLARA, sob	as penas	da Lei, qu	e:		
() Cumpre	plenament	e os requ	aisitos d	le habilitação,
referentes à	licitação	em epígra	fe;		•
	•			esa/empr	esa de pequeno
		-	_	_	ação referentes
à licitação e	-	-			3
•			microempr	esa/empr	esa de pequeno
		-	_	_	ação referente
=		-	_		de restrição na
-					se a promover
	-		-		rtame (Art. 43,
_	-	_			cessão do prazo
					123/2006) para
tal regulariz					-
car regurarra	.açao, per	a5 1a20c5	acscricas	abaixo.	
_					
P	or ser ext	oressão de	verdade.	firmamo	s o presente.
_		2100000 00	veradae,	± ± ± mamo	o procence.
		,	de		2024.

[Nome, Razão Social e Assinatura do Representante Legal]
[Carimbo do CNPJ]

(Este anexo deverá ser apresentado fora dos envelopes, por ocasião do credenciamento)

Anexo V Pregão Presencial nº 15/2023

Declaração de Enquadramento

A empresa	inscrita no CNPJ n°
estabelecida na	, declara,
para os fins do disposto na Lei Complementa	ar n° 123/2006, sob as
sanções administrativas cabíveis e sob as p	penas da lei, que esta
Empresa, na presente data, enquadra-se com	10:
() Microempresa, conforme inci	so I do artigo 3° da
Lei Complementar n°123/06;	-
() Empresa de pequeno porte,	conforme inciso II do
artigo 3° da Lei Complementar n°123/06;	
() Microempreendedor individ	lual, cujo valor da
receita bruta anual, no último exercício,	não excedeu o limite
fixado no art. 18-A, § 1° e suas alterações	, da Lei Complementar
n°123/06 e suas alterações; não se	enquadra em qualquer
das hipóteses relacionadas no art. 18	
a IV, da mesma lei; exerce tão	
constantes do Anexo XIII da Resolução	
novembro de 2011;	
() Cooperativa, tendo aufe	rido no calendário
anterior, receita bruta até o limite	
II do caput do artigo 3° da Lei Complemen	
da lei n° 11.488 de 15 de junho de 2007).	tai ii 123/00 (ait. 34
da lei ii 11.400 de 13 de juino de 2007).	
Declara, ainda, que a empresa	a está excluída das
vedações constantes do parágrafo 4° do	
Complementar n° 123, de 14 de dezembro de	_
comprementar in 1237 de 11 de dezembro de	2000.
, de	2024.
[Contador]	

Este anexo deverá ser apresentado fora dos envelopes, por ocasião do credenciamento)

CRC: [Carimbo]

Declaração de Cumprimento ao Art. 7° Da Constituição Federal

	(Razão Socia	al), inscrita
no CNPJ sob o n° (MATRIZ)	, po	or intermédio
de seu representante legal o(a) Sr(a)	
do CPF n°, DEC para fins do disposto no inciso V, a	CLARA, sob as	penas da lei,
para fins do disposto no inciso V, a	rt. 27, da Le	ei federal n°
8.666/93, cumprindo o disposto no in	nciso XXXIII,	art. 7°, da
Constituição Federal, que não emprega	a menor de dez	zoito anos em
trabalho noturno, perigoso ou insaluk		_
dezesseis anos, assim como assume o	_	
superveniência de qualquer fato imped	itivo à sua h	abilitação.
_		
Ressalva: emprega menor, a p	partir de quat	orze anos, na
condição de aprendiz ()		
E, por ser a expressão da vei	rdado firmamo	os o prosonto
E, poi sei a expiessao da vei	ruade, illimamo	s o presence.
	de	de 2024.
[Nome, Razão Social e Assinatura o	do Representar	ite Legal]
[Carimbo do CN	PJ]	
(Observação: em caso afirmativo, ass	sinalar a ress	salva acima)
/Esta anama damané ann arrestad	1	° 02
(Este anexo deverá ser apresentad documentação)	o no envero	pe nº UZ -
accumentação,		

Anexo VII Pregão Presencial n° 15/2023

Declaração de Idoneidade

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº
, sediada na Rua,
n° , (Bairro/Cidade), através de seu Diretor ou
Representante Legal, (Nome/RG), declara, sob as penas da Lei,
que:
a) Não foi declarada inidônea ou suspensas de participação em
licitações, por qualquer entidade da administração pública
direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo;
b) Não está impedido de transacionar com a Administração Pública;
c) Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência
dos serviços, quer por outro motivo igualmente grave, no
transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
d) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei
Federal n° 8.666/93 e alterações posteriores.
Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.
- -
, de de 2024.

[Nome, Razão Social e Assinatura do Representante Legal] [Carimbo do CNPJ]

Anexo VIII Pregão Presencial n° 15/2023

Declaração de Desistência de Prazo Recursal

estando au ciente do 109, inci considerad representa licitatóri	prazo so I, a dev	recursa alíne idament	data al re a ". e H	elativ A" da Iabilit	o à fa lei tada,	ase fe vem	de ha deral ı por	bilita 8.66 meio	ação 6/93 o de	(art.), se e seu
				,	de				_ de	2024.
[Nome,	Razão	Social			ura do lo CNPJ	_	resen	tante	Lega	1]
(Este	Anexo	deverá		apres cument		no	Envel	ope n°	° 02	_

Anexo IX Pregão Presencial nº 15/2023

Declaração com os Dados do Administrador da Empresa

	_(Razão Social), inscrita
no CNPJ sob o n° (MATRIZ)	, indica como
responsável pela empresa o(a) Sr.(a)	
CPF , RG	, residente e
domiciliado na (Rua/Avenida)	, n° ,
pairro , cidade de	- , CEP
, e-mail	, telefone ()
·	
E, por ser a expressão da ver	dade, firmamos o presente.
,, de	de 2024.

[Nome, Razão Social e Assinatura do Representante Legal]
[Carimbo do CNPJ]

Anexo X Pregão Presencial n $^{\circ}$ 15/2023

Procuração

Outorgante:	, (pessoa jurídica de direito
privado, inscrita no CNPJ sob	o n°) ou
(pessoa física, inscrita no CPF	sob o n°), com
sede na Rua	, n° , bairro
, na cidade de	
	ato representado) pelo(a)
(sócio/diretor/procurador), Sr. ((a)
(nacionalidade), (estado civil),	(profissão), portador(a) do RG
n° e do CPF n°	
domiciliado na Rua	
, Estado do	
Outorgado: Sr. (a)	(nacionalidade),
(estado civil), (profissão), porta	idor(a) do RG n°
e do CPF n° , res	sidente e domic iliado na Rua
Estado do	
Poderes: ao(s) qual(ais) confere a	mplos poderes para representá-
lo(a) no procedimento licita	
(Modalidade do Processo e Número),	
do Sul - RS, podendo para tanto pre	-
ofertas e demais negociações, assi	
documentos, receber notificações,	
se quanto à desistência deste e	<u>-</u>
inerentes ao referido certame.	practical codes os demais dees
incremed do referrad cereame.	
,	de de 2024.
Outorga	nte
Nome	•
CPF:	
RG:	
Outorga	ado
Nome	:
CPF:	

RG:

Minuta do Contrato

Contrato n° Pregão Presencial n° 15/2023 Processo Licitatório n° 46/2023

Aquisição de gêneros de alimentação para a merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino do município para o ano letivo de 2024.

Contratante: Município de Santa Cecília do Sul, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 04.215.090/0001-99 com sede na Rua Porto Alegre, nº 591, neste Município de Santa Cecília do Sul, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. João Sirineu Pelissaro, brasileiro, casado, portador do CPF nº 948.753.320-68, residente e domiciliado na localidade de Vista Alegre, interior deste Município.

Contrat	tada:			,	inscrita	no (CNPJ sol	o nº
	,		es	stak	pelecida			na
(Logradouro)		,	n°	,	bairro		,	CEP
_	, Município	de			_	,	neste	ato
representada	pelo Sr.	(a)					(Car	go),
portador(a)	do CPF n	0			,	re	sidente	е
domiciliado	na (Logrado	uro),	п°	,	bairro,	na	cidade	de
	•							

Têm entre si certo e avençado, em conformidade com os elementos e despachos constantes no **Pregão Presencial nº 15/2023**, mediante as cláusulas e condições que mutuamente aceitam e se outorgam, o seguinte:

Cláusula Primeira - Objeto

O presente contrato tem por objeto o fornecimento do seguinte:

Item	Qtde.	UN	Especificação	Marca	٧.	Un.	v.	Total

Parágrafo Primeiro - O objeto deverá ser entregue na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Duque de Caxias, correndo todas as despesas para tanto, por conta da Contratada.

Parágrafo Segundo - Os produtos deverão ser entregues de acordo com o cronograma de entrega, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e conforme solicitações.

Parágrafo Terceiro - Os gêneros alimentícios serão solicitados conforme a necessidade do Município, não havendo obrigação de aquisição total da quantidade contratada.

Cláusula Segunda - Do Valor

O valor total a ser pago pelo **Contratante** pelo fornecimento do objeto do presente contrato descrito na cláusula primeira é de R\$ _____ (____) sem que incida sobre o mesmo qualquer espécie de reajuste.

Cláusula Terceira - Do Pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal devidamente visada pelo responsável indicado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (que deverá conter em sua descrição o número do presente edital e do respectivo contrato), correndo por conta da contratada todas as despesas experimentadas.

Cláusula Quarta - Da Entrega

Os produtos serão fornecidos, conforme a necessidade da municipalidade, e cronograma de entrega e solicitação da secretaria municipal de educação, podendo ser alterada as datas de solicitação, com prazo de entrega de no máximo 05 (cinco) dias, a partir de cada solicitação efetuada, não havendo obrigação da aquisição de todo o produto durante a vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro - A entrega das mercadorias será de forma parcelada e deverá ser no Prédio da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Duque de Caxias, situada na Rua Maximiliano de Almeida, n° 79, neste Município, nos dias e quantidades solicitadas pela Secretaria da Educação, correndo todas as despesas para tanto, por conta da Contratada.

Parágrafo Segundo - O recebimento das mercadorias dar-seá mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

Cláusula Quinta - Das Penalidades

A **Contratada** estará sujeita as penalidades previstas no Edital de Licitação e outras que estejam previstas no ordenamento legal.

Parágrafo Primeiro - Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei Federal n° 8.666/93.

Parágrafo Segundo - As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

Parágrafo Terceiro - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Cláusula Sexta - Da Rescisão

Além das condições previstas nos artigos 77 a 79 da Lei 8.666/93 e suas alterações futuras, o presente contrato poderá ser rescindido, mediante termo próprio, na ocorrência da seguinte situação:

Parágrafo Primeiro - Por mútuo consenso, a qualquer tempo, recebendo a Contratada, nesta hipótese, o valor do objeto entregue até a data da ordem da paralisação, excluindo o valor das multas a pagar.

Cláusula Sétima - Da Dotação Orçamentária

As despesas e custeio do objeto deste contrato serão subsidiados com recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

07.03 - Educação, Desportos e Cultura

3.3.9.0.30.00.00.00 - Material de Consumo

2033 - Manutenção da Alimentação Escolar

Cláusula Oitava - Da Vigência do Contrato

O prazo de vigência da contratação será de 01 (Um) ano, a contar da assinatura do contrato.

Parágrafo Único - O Município poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 65, § 1°, da Lei Federal n° 8.666/93.

Cláusula Nona - Da Lei Regradora

A presente contratação reger-se-á pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a qual, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.

Cláusula Décima - Do Foro

O Foro de eleição é o da Comarca de Tapejara - RS, com renuncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir dúvidas porventura emergentes da presente contratação.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas ao final subscritas, para que o mesmo produza todos os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília do Sul - RS, __ de ____ de 2024.

Município de Santa Cecília do Sul João Sirineu Pelissaro Prefeito Municipal Contratante

Empresa
CNPJ n° __.__/__-_
Nome
Contratada

Testemunhas:

1. 2.